

# Uma nação armada

**Dados indicam uma renovação de arsenais privados e compra de armas anteriormente restritas às forças policiais e às Forças Armadas. Governo Bolsonaro arma a população em vez de criar políticas para reduzir o número de assassinatos**

O *Fonte Segura* subscreve as reflexões contidas em [artigo publicado no site da Revista Piauí](#) pelo diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, e pelo Professor da FGV EAESP, Daniel Andrade, e reforça a importância de se trabalhar com evidências e de se separar polícia e política. Isso porque, segundo o artigo mencionado, o governo de Jair Bolsonaro já editou, desde que tomou posse, em janeiro de 2019, ao menos onze decretos, uma lei e dezesseis portarias do Exército e da Polícia Federal visando à flexibilização das regras para aquisição, posse e porte de armas de fogo e munições no Brasil. Dados obtidos junto à Polícia Federal pela [Coluna do Estadão](#) revelam que, entre janeiro de 2019 e agosto de 2020, já foram concedidos 336.492 registros de armas de fogo, sendo que, desses, 199.413 eram referentes a novas armas (cerca de 63% para pessoas não ligadas a instituições de segurança pública e privada do país).

Ou seja, é possível supor que o início do governo Bolsonaro está possibilitando a renovação dos arsenais privados e a compra de armas anteriormente restritas às forças policiais e às Forças Armadas, na medida em que o número maior de registros mostra que armas antigas estão tendo seus registros renovados e, portanto, quem estaria comprando novas armas é, preponderantemente, quem já possui outras.

Dito de outra forma, para cada nova arma adquirida, 1,7 registro foi concedido no período, em um indicativo de que, durante a gestão Bolsonaro, as pessoas não estão apenas comprando novas armas, mas estão se armando mais, em uma espiral pouco associada à agenda da segurança pública e fortemente conectada com a subordinação das instituições de controle de armas e munições ao projeto de poder do presidente.

Por tal projeto de nação, encontra todas as evidências científicas mostrando que, em países como o Brasil, quanto mais armas, mais mortes violentas, e que tais mortes estão desigualmente distribuídas de acordo com variáveis como raça/cor e gênero, o atual governo importa o discurso armamentista dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, acusa os que pedem controle e regulação das armas de serem porta-vozes de posições antipatrióticas e exógenas à realidade nacional.

Neste raciocínio, os dados da edição 2020 do *Atlas da Violência*, parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o Ipea, mostra que os negros são as principais vítimas de homicídios e tiveram, entre 2008 e 2018, risco 74% superior aos dos não negros (64% no caso das mulheres negras) de serem assassinados. Além disso, o documento aponta que 77,1% dos homens e 53,7% das mulheres foram assassinados com armas de fogo, mantendo-se invisibilizados e perdidos em meio às fragilidades das estatísticas oficiais da segurança pública brasileira.

Mais uma vez, políticas públicas baseadas em evidências são substituídas e/ou têm espaço diminuído para a exploração reducionista e parcial do imaginário social em nome de uma tática para atualizar uma narrativa que busca referência no mito da integração de indígenas, brancos e negros no Brasil; busca um passado idealizado de integração racial e harmonia, porém sem explicitar que nesse passado a violência foi e continua sendo estruturante das relações sociais, mas aceita em nome de um projeto de nação “moderna” e supostamente fundada na ideia de pátria e de tutela militar; no cristianismo, na liberdade e na democracia (entendida quase que exclusivamente, como revelam as propagandas do TSE, no ato de votar).

Como resultado, políticas de controle de armas, fundamentais para esclarecimentos de homicídios, passam a ser vistas como ações que atentam a um pretense e inalienável direito individual à autotutela (que em outra frente estimula o movimento antivacina, por exemplo, que também passou a fazer parte do repertório de falas do atual governo). Mas controle e rastreamento não podem ser confundidos ideologicamente e precisam ocupar papel estratégico no desenho das políticas de segurança pública no Brasil.

